

Ulysses garantiu votação do mandato

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A concordância do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães em votar a fusão da emenda Mathews Jensen representou a última garantia que os cincoanistas precisavam para a aprovação do mandato de Sarney. As negociações pela fusão começaram na noite de quarta-feira, tendo à frente o suplente de deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG). Apreensivo com a negativa do pedido de prorrogação da sessão da Constituinte, ele iniciou seus contatos em plenário.

"Conversei com Mário Covas e Nelson Jobim, que consideraram a fusão regimental, mas, é claro, não se dispuseram a ajudar em nada", contou Israel Pinheiro Filho. Entendendo a posição de Covas como um "sinal verde", ele foi para a residência do ministro Renato Archer, onde estavam o ministro Luiz Henrique, o líder Ibsen Pinheiro e os deputados Cid Carvalho (PMDB-MA) e Ubratan Aguiar (PMDB-CE).

Na reunião foi sugerida a saída para um problema técnico: no texto do Centrão não há referência ao mandato de Sarney, apenas aos dos governadores e prefeitos. A opção seria utilizar todas as emendas existentes, como as de Basílio Vilani (PMDB-PR) e Bonifácio de Andrada (PMDB-MG), suprimindo a parte

em que falam dos mandatos dos prefeitos por ser matéria polêmica.

O grupo comunicou a estratégia a Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara, que permaneceu irreductível em não aceitar qualquer tipo de fusão da emenda Jensen. Uma nova reunião foi realizada na casa de Ulysses Guimarães, que recebia a visita do governador gaúcho Pedro Simon. Foi o deputado Cid Carvalho quem tomou a iniciativa de ligar para o presidente Sarney, expondo-lhe a posição de Sant'Anna. De Sarney, ele recebeu a promessa de que iria interceder para que o líder governista aceitasse a fusão. Ao mesmo tempo, Ulysses Guimarães ligou para Paulo Afonso, secretário-geral da Mesa da Constituinte, para se certificar da possibilidade regimental da fusão das emendas, no que foi tranquilizado. O primeiro passo estava dado e as negociações foram deixadas para o dia seguinte.

Ontem pela manhã, Luiz Henrique, Ibsen Pinheiro, Israel Pinheiro, Ubratan Aguiar e Cid Carvalho tiveram novo encontro com Ulysses para falar sobre a fusão. "O caminho é esse", disse Luiz Henrique. O deputado Ubratan Aguiar prontificou-se então a ir até Sant'Anna. E do líder do governo, ouviu: "Da minha parte não há mais objeção, desde que tenhamos do dr. Ulysses a garantia de que ele acolherá a maté-

ria e irá colocá-la em votação em primeiro lugar". E acrescentou: "O mandato do presidente da República e dos atuais governadores não deverá terminar a primeiro de janeiro e sim a 15 de março, para que eles não tenham diminuídos seus períodos de governo".

Pouco antes, Carlos Sant'Anna já havia recebido um outro emissário, com a mesma missão, desta vez do Palácio do Planalto: o subchefe do Gabinete Civil para assuntos parlamentares, Henrique Hargrievs. Com o texto de fusão de emendas já pronto, todos foram para o gabinete de Ulysses, que consultou novamente Paulo Afonso sobre os requisitos regimentais. A resposta foi positiva.

Como se trata de matéria regimental, que já foi feita tantas vezes, não há por que não acolher", disse Ulysses, tranquilizando o grupo de interlocutores. O próximo passo foi dar entrada ao requerimento de fusão, apreciado seis horas depois. Todas as negociações foram acompanhadas, pelo telefone, pelo ministro da Habitação, Prisco Viana, que estava em um dos gabinetes das assessorias parlamentares. Quando Ulysses Guimarães comunicou ao plenário que cumpriria o regimento da Constituinte, todos entenderam que ele colocaria em votação a fusão da emenda Jensen, garantindo os cinco anos para Sarney.



Negociação para votar fusão de emendas leva, de novo, Ulysses ao centro das atenções

Quem ganha

Antônio Carlos Magalhães — Foi o principal responsável pela estratégia da guerra dos cinco anos, que começou a montar no mesmo instante em que a Comissão de Sistematização da Constituinte decidiu que o inquilinato de José Sarney no Planalto só iria até março de 1989. Se o governo tivesse um primeiro-ministro, Antônio Carlos seria indicado para o cargo por Sarney.

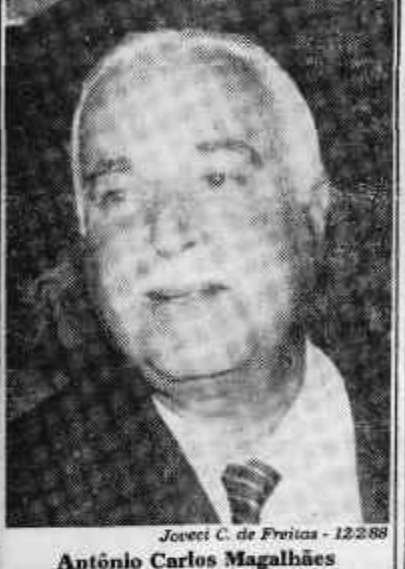
Prisco Viana — Nomeado para o Ministério da Habitação e do Desenvolvimento Urbano, abriu os cofres federais para os amigos e escondeu as chaves dos adversários. Com esse jogo duro, conseguiu algumas adesões inesperadas. No momento se dedica a empurrar para fora do PMDB, ao qual se filiou, correligionários que o combatiam quando era secretário-geral do PDS.

Borges da Silveira — Chegou ao Ministério da Saúde há apenas sete meses. Nesse curto período, antes que o País pudesse decorar seu pre-

nome — Luís Carlos —, aprendeu que muitos constituintes só dão quando recebem e distribuiu mais prendas que todos os seus antecessores da Nova República reunidos. Já é candidato ao governo do Paraná na sucessão de Alvaro Dias.

Thales Ramalho — Sempre discreto, transformou em confessorário seu gabinete no 3º andar do Palácio do Planalto e recebeu, nos últimos dias, pequenas crises de constituintes, a maioria dos quais nordestinos, aparentemente relutantes quanto à duração do mandato presidencial. A julgar pelos resultados da votação, Thales foi muito convincente.

Leônidas Pires Gonçalves — Administrador da frota de Urutus, não precisou fazer longos discursos para influenciar a votação na Constituinte. Bastaram alguns recados e gestos, todos destinados a lembrar que os militares não gostariam da realização de eleições presidenciais em 1988.



Antônio Carlos Magalhães



Thales Ramalho

Quem perde

Mário Covas — Começou o ano como líder do PMDB na Constituinte e candidato à Presidência da República. Antes que o inverno chegasse, perdeu a liderança de fato, perdeu quase todo o espaço no seu partido e perdeu qualquer chance de disputar a presidência. Terá de migrar para outra legenda a conformar-se com uma eventual candidatura ao governo paulista.

José Richa — No começo da Nova República, era um dos interlocutores preferenciais do presidente Sarney e dialogava fluentemente com chefes militares, sobretudo com o general Leônidas Pires Gonçalves. Esses canais estão entupidos há meses e quem conversa pelo Paraná com o poder é agora o governador Alvaro Dias, virtualmente rompido com Richa.

Leonel Brizola — Teve novamente adiada a materialização do sonho das diretas-já, que ocupa suas noites (e seus dias) desde 1984.

Ganha algum tempo para fortalecer o ainda fiáccido PDT e convencer os militares de que não é um lobo com pele de cordeiro. Dispensado da realização de comícios, poderá procurar com menos pressa um candidato a vice.

Fernando Henrique Cardoso — Acrescentou mais uma conta a um já notável rosário de derrotas. Vai para um novo partido com um discurso francamente opositorista, recheado de críticas tanto ao presidente José Sarney quanto ao governador Orestes Quéricia. Pretende, de agora em diante, martelar a tecla do combate à corrupção.

Luiz Inácio Lula da Silva — As tentativas de ressuscitar a campanha das diretas-já, teimosamente ensaiadas por Lula e seu PT, colidiram com a apatia da população. Candidato à sucessão de Sarney, ele pôde recolher mais evidências de que o PT ainda não consegue mobilizar, sozinho, faixas consideráveis do eleitorado.



Mário Covas



Luiz Inácio Lula da Silva

A adesão do neto de Tancredo surpreende

SERVIÇO LOCAL E AGÊNCIA ESTADO

"Tancredo deve ter tremido no tímulo quando viu que seu neto, Aécio Neves (PMDB-MG), votou pelos cinco anos de mandato para Sarney." A observação é do líder do PDT, Brandão Monteiro, espantado com os "traidores" que mudaram de posição na última hora. Como Aécio, muitos personagens do mundo político mudaram de posição quanto ao mandato do presidente Sarney. Inclusive o próprio interessado.

O presidente José Sarney, a reboque do desejo do presidente eleito Tancredo Neves, foi quem puxou uma fila interminável de defensores do mandato de quatro anos. Em sua primeira reunião ministerial, em maio de 1985, Sarney reconheceu que o mandato seria "objeto de deliberação soberana" da Constituinte. E demonstrou convicção inabalável: "Manifesto de logo a minha posição de que esse mandato deva ser de quatro anos". Durou menos de dois anos a vontade presidencial. O fisiologismo passou a correr solto em 87, a popularidade do presidente em queda vertiginosa, a ponto de ele "abrir mão" de um ano no poder, ou seja, "escolher" cinco anos.

"Quem preferir quatro anos de mandato é meu inimigo", desabafou Sarney, em novembro daquele ano, a ministros e parlamentares mais chegados.

Ulysses Guimarães, o multipresidente, foi um dos que seguiu em princípio o cordão de Sarney, ou vice-versa. E no fim também, até com caráter vanguardista: dois meses antes de o presidente comunicar na televisão que não fazia questão de um ano, Ulysses, exatamente em 13 de março de 87, revelou sua conclusão de que mandato de cinco anos era o ideal para o País, porque mantinha a "tradição". Quatro era pouco; seis, "exagerado". Mas no comecinho da Nova República o ideal para o multipresidente eram quatro anos. Ele chegou mesmo a dizer que o PMDB seria "irredutível" na questão do mandato. Isso porque havia no Congresso quem quisesse eleições já em 88...

José Richa só mudou mais recentemente, mas para o lado in-

verso do presidente de seu partido. O senador paranaense foi quem tornou viável a tese de abreviar a transição política com um mandato de quatro anos para Sarney e a implantação do parlamentarismo. Antes, porém, foi diferente. No mesmo meio em que Sarney "optava" por cinco anos, Richa revelava a mesma posição. Mas dois meses depois já achava que a "intransigência" do governo com os cinco anos agravaria ainda mais a crise. Então se alçou ao líder Mário Covas, e daí para os quatro anos foi um passo.

Mas ninguém teve tanto jogo de cintura como o governador Orestes Quéricia. Os governadores ficaram todo esse tempo de Nova República atrelados ao Palácio do Planalto, enquanto a reforma administrativa não vinha. Ao mesmo tempo, deviam explicações a quem os elegeu. Em março de 87, Quéricia chegou a achar bom eleições tanto em 88 quanto em 89, ou em 90. E assim foi durante todo o ano passado: ora quatro anos, ora seis, mais raramente cinco. Chegou janeiro deste ano, ele viajou até Sarney e se definiu: cinco anos. Era o que Sarney queria. Um mês depois, defendeu genericamente quatro anos para presidente da República...

O governador paranaense Alvaro Dias foi de uma franqueza assustadora: mudou para cinco anos de mandato para seu estado receber "tratamento diferenciado". Alvaro foi dos primeiros a perceber que sua convicção pelos quatro anos não o levaria a nada, e logo embarcou na tese de eleições gerais — até para o cargo dele — se mexessem no mandato de Sarney.



Aécio Neves da Cunha

Maioria não crê em reforma no governo

ELIANE CANTANHEDE

"Continuo sem entender por que e para que o Sarney brigou tanto pelos cinco anos." Essa dúvida do senador oposicionista José Richa (PMDB-PR) continua sem resposta, pois três ministros e vários políticos próximos ao presidente José Sarney admitem que, apesar das pressões, o governo não irá promover já uma reforma ministerial nem alterar os rumos econômicos, administrativos e políticos do País. "Vai mudar muito pouco, quase nada", garante o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (BA). "O importante é consolidar a base governista no Congresso", acrescenta o ministro da Habitação, Prisco Viana.

Descansa na mesa de Sarney uma proposta do Gabinete Civil para extinguir três ministérios — Irrigação, Ciência e Tecnologia e Administração —, mantendo o da Reforma Agrária, já que o presidente tem "gratidão política" pelo ministro Jader Barbalho, e o da Cultura, porque é "a sua área do coração". Tal proposta, contudo, esbarra no cronograma político: Sarney embarca no domingo para os Estados Unidos, em julho vence o prazo de filiação partidária dos candidatos às eleições de novembro e em agosto o PFL e o PMDB realizam suas convenções nacionais.

Além do cronograma, pesa a própria personalidade do presidente, refratário a mudanças drásticas e a confrontos diretos com seus ministros. Assim, o documento de uso mais imediato depois da vitória dos cinco anos será um levantamento da assessoria parlamentar de Sarney, dando conta de que 70% dos cargos de segundo e terceiro escalões federais, em Brasília e nos Estados, estão em mãos de adversários do governo no PFL e no PMDB. É aí que as mudanças vão continuar, mas sempre de forma pouco ostensiva.

Essas mudanças são um trunfo do governo para recuperar a maioria no Senado. Nas contas do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), a composição do Senado registra 38 oposicionistas, 26 governistas e sete independentes — como o líder do PDS, Járbas Passarinho (PA).

Para reverter esse quadro, Sarney já acionou os principais executores da ação palaciana pelos votos cincoanistas. O alvo está principalmente no PFL dissidente, liderado pelo senador Marco Maciel (PE), Jorge Bornhausen (SC) e Guilherme Palmeira (AL), e no "PMDB que fica" — ou seja, na parcela moderada que não vai para o novo partido oposicionista, que inclui, por exemplo, os senadores Luiz Vianna Filho (BA) e Wilson Martins (MS). Nessa empreitada, o governo conta com a ajuda dos presidentes do Senado, Humberto Lucena, e da Constituinte, Ulysses Guimarães, ambos peemedebistas.

GOVERNO DE SEIS MESES

Essa, contudo, é apenas uma parte da estratégia governista para os 20 meses que restam a Sarney. Que, na verdade, conforme a tese que vem sendo defendida pelo governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, representarão apenas seis meses de governo efetivo, já que, em seguida, começarão as articulações típicas de um ano eleitoral, que tendem a tomar todas as atenções e a paralisar a máquina administrativa.

No plano traçado pelo governo, além do apoio do PMDB de Ulysses, está prevista a organização de um partido de centro-direita, capitalista, e moderno, para o futuro. Tal partido foi discutido, por exemplo, num jantar, anteontem, no restaurante Florentino. Presentes os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), mais o candidato derrotado do PFL às últimas eleições para o governo de Pernambuco, José Múcio Monteiro. A intenção é organizar esse novo partido até o início do próximo ano, a tempo de concorrer à sucessão de Sarney.

O fim do governo, em janeiro ou março de 1990, deverá corresponder a um novo quadro partidário, a uma economia saneada (com 2% de déficit público, por exemplo) e uma administração organizada. Pelo menos na expectativa otimista dos que lutaram pelos cinco anos de mandato e que descartam medidas bruscas, de impacto. "Tudo será feito devagar, dentro de um processo", garante um governador ligado a Sarney.

Brasil/Agência Estado

Meta na economia é retomar crescimento

HELIVAL RIOS

Combate sistemático e firme à inflação, retomada dos investimentos nacionais e estrangeiros e ampla modernização da economia do País, marcada por uma redução substancial da presença do Estado em todos os setores e por uma revolução tecnológica do parque industrial brasileiro. Estes são os pontos básicos da política econômica a ser executada pelo presidente Sarney nesta última etapa do seu governo, segundo informações obtidas ontem no Palácio do Planalto e nos ministérios econômicos.

Embora a desaceleração da economia seja considerada inevitável para este ano, o governo ainda crê num crescimento positivo do Produto Interno Bruto (PIB) de 1%, neutralizado pela taxa de crescimento da população, que deverá ficar um pouco acima dos 2%. A se confirmarem estas previsões, o Brasil viverá uma "recessão branca" neste ano, com o crescimento da economia "engolido" pelo crescimento demográfico. E ao presidente Sarney restará, então, apenas um ano para devolver ao País um crescimento acelerado.

OTIMISMO PREDOMINA

Os resultados da economia em 1988 somente não serão piores por causa do bom desempenho da agropecuária, que deverá crescer 6,5% segundo projeções da Secretaria de Planejamento. A indústria terá desempenho negativo — queda aproximadamente de 2,0% — e não será maior graças às exportações.

Segundo as expectativas otimistas levantadas no Palácio do Planalto e ministérios econômicos, os efeitos da crise econômica em 1988 serão atenuados pelos seguintes fatores:

1) Normalização do relacionamento do Brasil com a comunidade financeira internacional, que abrirá a possibilidade de o País captar recursos externos de US\$ 11 bilhões. Nesta normalização, inclui-se acordos com os bancos privados estrangeiros, com o Fundo Monetário Internacional e com o Clube de Paris.

Os bancos privados, segundo as expectativas oficiais, ofereceriam ao País US\$ 5 bilhões em refinanciamentos. Os recursos restantes, que dependem de negociação e não têm prazo de desembolso determinado, seriam provenientes da conversão da dívida em investimento (US\$ 2 bilhões), FMI (US\$ 500 milhões em 88), Banco Mundial (US\$ 1 bilhão), Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID (US\$ 500 milhões), financiamentos japoneses (US\$ 1 bilhão), Clube de Paris (US\$ 500 milhões em refinanciamentos) e investimentos diretos estrangeiros (US\$ 500 milhões).

2) Fim dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, com a consequente definição das "regras do jogo" para o capital estrangeiro e para a atuação do empresário na economia, reduzindo-se incertezas.

3) Bom desempenho da agropecuária e do setor de serviços.

4) Obtenção de um superávit comercial de aproximadamente US\$ 15 bilhões, o que contribuirá de forma decisiva para um melhor desempenho dos níveis de emprego e de produção industrial.

Entre os fatores que podem influenciar negativamente os resultados da economia em 1988, destacam-se a realização de eleições municipais, o que pode pressionar a liquidez, criando dificuldades ao combate à inflação; a monetização do superávit comercial (troca dos dólares por cruzados para o pagamento das cambiais aos exportadores), e as resistências corporativistas, burocráticas e institucionais surgidas no caminho do controle do déficit público e da modernização da economia.

As principais medidas que devem marcar esta nova fase de governo são o arrocho da política monetária, aperfeiçoamento dos mecanismos de controle dos gastos públicos, aumento das importações, recuperação dos investimentos, reforma do sistema financeiro, implantação da nova política industrial, estímulo à inovação tecnológica e maior integração com a América Latina.